ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL FUNDAMENTAL

1. LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa). 3. Acentuação gráfica. 4. Sinais de pontuação. 5. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos; denotação e conotação. 6. Morfologia. Classes de palavras: adjetivo, advérbio, artigo, preposição, conjunção, interjeição, numeral, pronomes, substantivos e verbos. 7. Divisão silábica. 8. Sintaxe. 9. Verbo: tempos do verbo. 10. Frase e oração. 11. Concordância verbal e nominal.

2. MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Solução de situações-problema envolvendo adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal. 2. Regra de três simples. 3. Sistemas de medida: tempo, comprimento e quantidade. 4. Teoria dos números: divisibilidade; mínimo múltiplo comum; máximo divisor comum; números primos; números pares e ímpares; fatoração numérica. 5. Porcentagem.

3. CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

1. Direitos e deveres do cidadão. 2. Noções básicas sobre democracia e participação social. 3. Convivência, respeito e ética no dia a dia. 4. Aspectos históricos, geográficos e culturais do Município de Itupeva. 5. Costumes e tradições brasileiras. 6. Conhecimentos marcantes do cenário cultural, político, econômico e social no Brasil e no mundo amplamente divulgados nos últimos dois anos pela imprensa falada e escrita nacional ou local (rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet).

4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

4.1. AGENTE DE INFRAESTRUTURA (COVEIRO)

1. Serviços de cemitério: abertura, preparação, revestimento e fechamento de covas, jazigos e gavetas; recebimento e acompanhamento de sepultamentos. 2. Exumação e remoção de ossos: procedimentos, cuidados sanitários e necessidade de autorização da autoridade competente ou ordem judicial; ossuário. 3. Noções de higiene e saúde: riscos biológicos; limpeza e desinfecção de ferramentas e do local de trabalho; descarte de resíduos. 4. Equipamentos de Proteção Individual (EPI): tipos, uso correto, guarda e conservação. 5. Noções de segurança do trabalho: prevenção de acidentes; postura e levantamento de peso; cuidados em escavações. 6. Ferramentas e materiais: tipos, uso, limpeza e conservação; noções básicas de alvenaria aplicadas a sepulturas (tijolos, argamassa e concreto). 7. Manutenção e conservação de cemitérios: limpeza, capina e roçada; conservação de jazigos, vias e áreas comuns. 8. Noções de meio ambiente: cuidados para evitar a contaminação do solo e da água em cemitérios. 9. Atendimento ao público: respeito às famílias enlutadas e às diferentes crenças religiosas; discrição. 10. Ética profissional: relacionamento interpessoal; trabalho em equipe; zelo pelo patrimônio público.

4.2. AGENTE DE INFRAESTRUTURA (AJUDANTE GERAL)

1. Limpeza e conservação de ambientes: técnicas de limpeza e higienização de prédios públicos, escolas, creches, unidades de saúde, banheiros, vestiários e cozinhas; higienização de móveis, objetos e equipamentos; produtos de limpeza: tipos, diluição, uso correto e armazenamento seguro; controle e reposição de materiais de higiene. 2. Resíduos: coleta, separação e acondicionamento do lixo comum, reciclável e contaminado; noções de coleta seletiva. 3. Copa e cozinha: higiene pessoal e na manipulação de alimentos; limpeza e conservação de utensílios e equipamentos. 4. Manutenção e obras civis: noções básicas de alvenaria, pintura, hidráulica e elétrica; abertura de valas e limpeza de bueiros; conservação de logradouros e manutenção de asfalto; auxílio a profissionais de manutenção. 5. Áreas verdes: capina, roçada e poda; cuidados na extração de árvores. 6. Ferramentas, máquinas e equipamentos: tipos, uso, limpeza e conservação; carga e descarga de materiais; abastecimento, controle de combustível, lavagem e lubrificação de veículos. 7. Segurança do trabalho: Equipamentos de Proteção Individual (NR-6) e Coletiva; prevenção de acidentes; postura e levantamento de peso; sinalização de obras em vias públicas; noções de prevenção e combate a incêndio. 8. Relações de trabalho: atendimento ao público; trabalho em equipe; ética e zelo pelo patrimônio público.

Legislação de referência

1. NR-6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/NR06atualizada2023.pdf

NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

1. LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade. 4. Domínio dos mecanismos de coesão textual, com emprego de elementos de referenciação, substituição, repetição e conectores, bem como de outros elementos de sequenciação textual. 5. Classes de palavras: adjetivo, advérbio, artigo, preposição, conjunção, interjeição, numeral, pronome, substantivo e verbo. 6. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa): acentuação gráfica, sinais de pontuação e relações de coordenação entre orações e termos da oração. 7. Reescrita de frases e parágrafos: significação das palavras, substituição de palavras ou trechos, reorganização da estrutura de orações e períodos e reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 8. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, denotação e conotação. 9. Sintaxe: relações de subordinação, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal e colocação pronominal. 10. Figuras de linguagem.

2. MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais): propriedades, operações e resolução de problemas. 2. Números decimais e fracionários: operações e aplicações. 3. Múltiplos e divisores: critérios de divisibilidade, mínimo múltiplo comum (MMC) e máximo divisor comum (MDC). 4. Razão e proporção: propriedades, divisão proporcional e regra de três simples e composta. 5. Porcentagem e matemática financeira: juros simples e noções de juros compostos. 6. Álgebra: expressões algébricas, produtos notáveis, fatoração e equações do 1º e 2º graus. 7. Funções: função afim, função quadrática, função exponencial e função logarítmica (noções e aplicações). 8. Geometria plana: perímetro e área de figuras planas. 9. Geometria espacial: áreas e volumes de sólidos (prismas, pirâmides, cilindros, cones e esfera). 10. Relações métricas no triângulo retângulo: teorema de Pitágoras. 11. Análise combinatória simples e noções de probabilidade. 12. Estatística básica: leitura, interpretação e análise de tabelas e gráficos. 13. Raciocínio lógico: sequências, padrões, proposições, conectivos, equivalências lógicas e resolução de problemas.

3. INFORMÁTICA

1. Principais componentes de um computador: funcionamento básico, funções e características dos dispositivos, conceitos de hardware e software, dispositivos de entrada e saída de dados e noções de sistema operacional (Windows). 2. Internet: navegação, conceitos de URL, links, sites, ferramentas de busca e impressão de páginas. 3. Editor de texto (Microsoft Word 2021): formatação de fonte e parágrafo, bordas e sombreamento, marcadores, numeração e tabulação, cabeçalho, rodapé e numeração de páginas, inserção e manipulação de imagens e formas, configuração de página e tabelas. 4. Planilha eletrônica (Microsoft Excel 2021): formatação de planilhas e células, cálculos com as quatro operações, fórmulas e funções, formatação condicional e criação de gráficos. 5. Noções de segurança da informação: antivírus, firewall, anti-spyware e boas práticas de uso. 6. Correio eletrônico: conceitos básicos, envio, recebimento e organização de mensagens.

4. LEGISLAÇÃO APLICADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Conceitos e princípios básicos da Administração Pública. 2. Noções de Direito Administrativo: organização administrativa do Estado. 3. Poderes Administrativos: poder vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia, uso e abuso de poder. 4. Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 5. Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 6. Decadência administrativa. 7. Constituição Federal de 1988: princípios fundamentais (arts. 1º a 4º), direitos e garantias fundamentais (arts. 5º a 17) e organização do Estado (arts. 18 a 43). 8. Lei Federal nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa. 9. Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). 10. Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

Legislação de referência

1. Constituição Federal de 1988: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm
3. Lei nº 13.709/2018 – LGPD: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
4. Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

5. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.1. AGENTE DE GESTÃO (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Noções de administração pública: princípios da administração pública (art. 37 da Constituição Federal); atos administrativos: conceito, requisitos, atributos e espécies. 2. Atendimento ao público presencial e telefônico: postura, comunicação,

orientação e encaminhamento de demandas; registro de reclamações. 3. Gestão de documentos: protocolo (recepção, classificação, registro, tramitação e distribuição); expedição de correspondência; arquivo (tipos, fases do arquivamento, técnicas e métodos de arquivamento); documentos digitais. 4. Redação oficial: Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição, 2018). 5. Administração de materiais: requisição, recebimento, armazenamento, distribuição, controle de estoques e de prazos de validade. 6. Noções de rotinas de pessoal: cadastro funcional, direitos e deveres do servidor, treinamento e avaliação de desempenho. 7. Noções de licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021): princípios, modalidades, contratação direta, pesquisa de preços, julgamento das propostas e habilitação. 8. Noções de orçamento e finanças públicas (Lei nº 4.320/1964): dotação orçamentária; fases da despesa (empenho, liquidação e pagamento); regime de adiantamento e prestação de contas. 9. Noções de tributação municipal (Código Tributário Nacional): espécies de tributos; IPTU, ISS e taxas; cadastro fiscal; lançamento tributário.

Links das normas citadas

1. Constituição Federal: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
3. Lei nº 4.320/1964 (Normas de Direito Financeiro): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
4. Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm
5. Manual de Redação da Presidência da República, 3ª edição: https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf

5.2. AGENTE DE GESTÃO (TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO)

1. Acidente do trabalho e doença ocupacional: conceitos; Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT (Lei nº 8.213/1991, arts. 19 a 23); investigação e análise de acidentes; estatísticas de acidentes (taxas de frequência e gravidade). 2. Gerenciamento de riscos ocupacionais e Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR (NR-01): identificação de perigos e avaliação de riscos; inspeções de segurança; riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes; mapa de riscos. 3. Atividades insalubres (NR-15) e perigosas (NR-16); Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP (Lei nº 8.213/1991, art. 58). 4. Equipamentos de Proteção Individual – EPI (NR-06) e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC: fornecimento, Certificado de Aprovação, uso e fiscalização. 5. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-07); doenças ocupacionais e relacionadas ao trabalho. 6. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio – CIPA (NR-05) e SIPAT; treinamentos, campanhas e programas de conscientização em segurança do trabalho. 7. Prevenção e combate a incêndios (NR-23): classes de fogo, extintores e hidrantes; planos de emergência e abandono; noções de primeiros socorros; noções de proteção e defesa civil (Lei nº 12.608/2012). 8. Condições de trabalho e atividades de risco: ergonomia (NR-17); condições sanitárias e de conforto (NR-24); sinalização de segurança (NR-26); eletricidade (NR-10); construção civil (NR-18); trabalho em altura (NR-35).

Legislação de referência:

1. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei nº 5.452/1943, arts. 154 a 201: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm
2. Lei nº 8.213/1991, arts. 19 a 23 e 58 (acidente do trabalho e PPP): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm
3. Lei nº 12.608/2012 – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm
4. Normas Regulamentadoras (NR) vigentes – Ministério do Trabalho e Emprego: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes

5.3. AGENTE DE INFRAESTRUTURA (DESENHISTA PROJETISTA)

1. Desenho técnico: instrumentos e materiais de desenho; tipos de linhas e caligrafia técnica; formatos de papel, legenda e dobramento de folhas; escalas, conforme normas técnicas da ABNT. 2. Projeções e representação: vistas ortográficas; cortes e hachuras; perspectivas; esboços e croquis à mão livre; cotagem. 3. Desenho arquitetônico: planta baixa, planta de situação e de cobertura, cortes e fachadas; representação de portas, janelas e escadas; convenções para reforma e ampliação, conforme normas técnicas da ABNT. 4. Noções de desenho topográfico: leitura de plantas topográficas e cadastrais; curvas de nível; ampliação e redução de plantas. 5. Matemática aplicada: razão, proporção e escalas; cálculo de perímetros, áreas e volumes; teorema de Pitágoras e noções de trigonometria. 6. Noções de desenho auxiliado por computador (CAD): comandos básicos de desenho e edição; camadas, textos e cotas; impressão de pranchas. 7. Noções de comunicação visual: layout, letreiros e cartazes; placas de obra (Lei nº 5.194/1966, art. 16). 8. Organização e arquivo de plantas e projetos: catalogação, mapoteca e arquivos digitais.

Legislação de referência
Lei nº 5.194/1966 (Exercício profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia), art. 16: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5194.htm

5.4. AGENTE DE INFRAESTRUTURA (FISCAL DE OBRAS)
1. Noções de construção civil: etapas da obra (fundações, estrutura, alvenaria, cobertura, instalações e acabamentos); principais materiais de construção e sua verificação em obra. 2. Leitura e interpretação de projetos: escalas; plantas, cortes e fachadas; conferência entre projeto aprovado e obra executada. 3. Infraestrutura urbana: drenagem de águas pluviais (galerias, bocas de lobo e sarjetas); guias e alinhamento; pavimentação e compactação; calçadas. 4. Fiscalização de obras: alvará de construção; notificação, intimação, auto de infração, embargo e interdição; recuos e taxa de ocupação; limpeza de terrenos e conservação do passeio público; responsável técnico e placa de obra; Código de Obras e Edificações do Município de Itupeva (Lei Complementar Municipal nº 541/2023). 5. Noções de direito administrativo: princípios da administração pública (art. 37 da Constituição Federal); poder de polícia; atos administrativos. 6. Proteção e defesa civil: Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012); prevenção, resposta e recuperação; áreas de risco (deslizamentos, inundações e erosão); sinais de risco em edificações (trincas, fissuras e recalques); vistoria e interdição. 7. Matemática aplicada: regra de três, porcentagem e juros simples; cálculo de multas; perímetros, áreas e volumes. 8. Documentação e atendimento: elaboração de relatórios, notificações e laudos de vistoria; atendimento ao público.
Legislação de referência
1. Constituição Federal (Constituição da República Federativa do Brasil), art. 37: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 12.608/2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm
3. Lei Complementar Municipal nº 541/2023 (Código de Obras e Edificações do Município de Itupeva): https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/itupeva/lei-complementar/2023/55/541/lei-complementar-n-541-2023-institui-o-codigo-de-obras-e-edificacoes-do-municipio-de-itupeva

5.5. AGENTE DE INFRAESTRUTURA (TÉCNICO EM AGRIMENSURA)
1. Fundamentos de topografia: planimetria e altimetria; unidades de medida lineares, angulares e de área; escalas; rumos e azimutes; norte magnético e norte verdadeiro; levantamento topográfico conforme normas técnicas da ABNT. 2. Planimetria: medição de distâncias e ângulos; poligonais abertas e fechadas; cálculo de coordenadas e erro de fechamento; cálculo de áreas. 3. Altimetria: nivelamento geométrico e trigonométrico; cotas e altitudes; curvas de nível; perfis longitudinais e transversais; declividade. 4. Instrumentos e equipamentos: trena, nível, teodolito, estação total e receptores GNSS; operação, cuidados e conservação; noções de coordenadas UTM e do sistema SIRGAS 2000. 5. Trabalho de campo: demarcação de terrenos e locação de obras; marcos e piquetes; caderneta de campo, croquis e relatórios de levantamento. 6. Desenho topográfico e cartografia: plantas planimétricas e planialtimétricas; leitura e interpretação de mapas; ampliação e redução; noções de desenho auxiliado por computador (CAD). 7. Parcelamento do solo urbano: loteamento e desmembramento; requisitos urbanísticos (Lei nº 6.766/1979); conferência de levantamentos e projetos e elaboração de pareceres técnicos. 8. Matemática aplicada: geometria plana; teorema de Pitágoras e trigonometria; regra de três e conversão de unidades.
Legislação de referência
1. Lei nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm

5.6. AGENTE DE INFRAESTRUTURA (TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE)
1. Ecologia: ecossistemas terrestres e aquáticos; cadeias e teias alimentares; ciclos biogeoquímicos; biodiversidade e conservação da fauna e da flora. 2. Recursos naturais e impactos ambientais: água, solo e ar; poluição e degradação ambiental; manejo de recursos naturais; recuperação de áreas degradadas, matas ciliares e nascentes; relação entre meio ambiente e saúde humana. 3. Legislação ambiental: Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) – objetivos, SISNAMA e instrumentos; áreas de preservação permanente e reserva legal (Lei nº 12.651/2012); infrações e crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998). 4. Licenciamento e fiscalização ambiental: noções de licenciamento (licenças prévia, de instalação e de operação); vistorias técnicas, autos de fiscalização e relatórios. 5. Resíduos sólidos: Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) – classificação, ordem de prioridade na gestão, coleta seletiva e logística reversa; resíduos da construção civil (Resolução CONAMA nº 307/2002) – classificação, segregação, acondicionamento, transporte e destinação. 6. Procedimentos de laboratório e campo: coleta, preservação e identificação de amostras de água e solo; parâmetros básicos de qualidade da água (pH, turbidez, oxigênio dissolvido e coliformes); segurança em laboratório;

padronização de procedimentos técnicos. 7. Projetos ambientais: etapas de execução e acompanhamento; arborização urbana; noções de educação ambiental.

Legislação de referência

1. Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm
2. Lei nº 9.605/1998 (Crimes e Infrações Ambientais): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm
3. Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm
4. Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal – Proteção da Vegetação Nativa): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm
5. Resolução CONAMA nº 307/2002 (Gestão dos Resíduos da Construção Civil): https://conama.mma.gov.br

5.7. AGENTE DE POLÍTICAS SOCIAIS (FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA)

1. Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes (Lei nº 8.080/1990); conceitos de vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental. 2. Legislação sanitária e fiscalização: Código Sanitário do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.083/1998) – licença de funcionamento, infrações e penalidades, termo de intimação, auto de infração, apreensão e inutilização de produtos; poder de polícia administrativa. 3. Higiene e segurança dos alimentos: boas práticas em serviços de alimentação (RDC Anvisa nº 216/2004); contaminação dos alimentos; doenças transmitidas por alimentos; armazenamento, temperatura e prazo de validade; produtos impróprios para consumo. 4. Inspeção sanitária de estabelecimentos: condições de higiene das instalações e equipamentos; higiene dos manipuladores; controle de pragas; limpeza de reservatórios de água. 5. Noções de saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana. 6. Noções de epidemiologia e zoonoses: transmissão de doenças; doenças de notificação compulsória; controle de vetores (Aedes aegypti, escorpiões e roedores); visitas domiciliares. 7. Documentação e atendimento: termos de fiscalização, relatórios e ofícios; atendimento ao público.

Legislação de referência

1. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
2. Lei Estadual nº 10.083/1998 (Código Sanitário do Estado de São Paulo): https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10083-23.09.1998.html
3. Resolução RDC Anvisa nº 216/2004 (Boas Práticas para Serviços de Alimentação): https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html

5.8. AGENTE DE POLÍTICAS SOCIAIS (TÉCNICO EM ENFERMAGEM)

1. Legislação e ética profissional: exercício profissional da enfermagem (Lei nº 7.498/1986 e Decreto nº 94.406/1987); Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução Cofen nº 564/2017). 2. Sistema Único de Saúde e saúde pública: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); atenção primária e Estratégia Saúde da Família; vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador; doenças de notificação compulsória; visita domiciliar e educação em saúde. 3. Imunização: Programa Nacional de Imunizações; calendário nacional de vacinação; rede de frio e conservação de imunobiológicos; vias de administração; eventos adversos pós-vacinação. 4. Fundamentos de enfermagem: sinais vitais; higiene e conforto do paciente; mobilização, posicionamento e transporte; anotações de enfermagem e registro em prontuário. 5. Administração de medicamentos: vias de administração; cálculo de dosagem e gotejamento; nebulização e inalação; cuidados na preparação e administração segura. 6. Biossegurança e controle de infecção: precauções padrão e específicas; higienização das mãos; limpeza, desinfecção e esterilização de materiais; resíduos de serviços de saúde; curativos e cuidados com feridas. 7. Urgência e emergência: primeiros socorros; suporte básico de vida e reanimação cardiopulmonar; atendimento em hemorragias, queimaduras, fraturas e choque. 8. Assistência nos programas de saúde: saúde da criança, da mulher e do idoso; pré-natal; hipertensão arterial e diabetes; tuberculose, hanseníase, infecções sexualmente transmissíveis e arboviroses. 9. Assistência perioperatória e exames: preparo pré-operatório e cuidados pós-operatórios; noções de centro cirúrgico; preparo do paciente para exames; coleta de materiais para exames laboratoriais.

Legislação de referência

1. Lei nº 7.498/1986 (Exercício Profissional da Enfermagem): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm
2. Decreto nº 94.406/1987 (Regulamento do Exercício Profissional da Enfermagem): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm
3. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
4. Resolução Cofen nº 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem): https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/

5.9. AGENTE DE POLÍTICAS SOCIAIS (TÉCNICO EM RADIOLOGIA)

1. Legislação e ética profissional: exercício da profissão de técnico em radiologia (Lei nº 7.394/1985 e Decreto nº 92.790/1986); Código de Ética dos Profissionais das Técnicas Radiológicas (Resolução CONTER nº 15/2011). 2. Física das radiações: produção dos raios X; tubo de raios X; propriedades dos raios X; interação da radiação com a matéria; fatores de exposição (kV, mA, tempo e distância). 3. Proteção radiológica: princípios de justificação, otimização e limitação de dose; monitoração individual; equipamentos de proteção (avental plumbífero e protetor de tireoide); proteção de pacientes, acompanhantes e trabalhadores; requisitos sanitários dos serviços de radiologia diagnóstica (RDC Anvisa nº 611/2022). 4. Anatomia e posicionamento radiográfico: anatomia radiológica; incidências e posicionamentos de crânio, coluna, tórax, abdome e membros superiores e inferiores; exames em leito, UTI e centro cirúrgico com aparelho transportável. 5. Formação e processamento da imagem: filme radiográfico, écrans e chassis; câmara escura; processamento manual e automático; preparo de revelador e fixador; radiologia computadorizada (CR) e digital (DR); limpeza e manutenção de processadoras, écrans e chassis. 6. Qualidade da imagem: densidade, contraste, nitidez e distorção; artefatos; critérios de avaliação e repetição de exames. 7. Meios de contraste: tipos e vias de administração; preparo de contraste oral; reações adversas. 8. Tomografia computadorizada: princípios básicos; preparo e posicionamento do paciente; protocolos dos exames mais comuns. 9. Rotinas do serviço de radiologia: identificação, registro, classificação e encaminhamento de exames; controle de filmes e materiais; biossegurança e controle de infecção.

Legislação de referência

1. Lei nº 7.394/1985 (Exercício da Profissão de Técnico em Radiologia): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7394.htm
2. Decreto nº 92.790/1986 (Regulamento da Profissão de Técnico em Radiologia): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d92790.htm
3. Resolução CONTER nº 15/2011 (Código de Ética dos Profissionais das Técnicas Radiológicas): https://conter.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/codigodeetica.pdf
4. Resolução RDC Anvisa nº 611/2022 (Requisitos Sanitários para Serviços de Radiologia Diagnóstica ou Intervencionista): https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-611-de-9-de-marco-de-2022-386107075

5.10. AGENTE DE POLÍTICAS SOCIAIS (MONITOR SOCIAL)

1. Política de Assistência Social: Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993); Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – proteção social básica e especial de média e alta complexidade; CRAS, CREAS e serviços de acolhimento institucional; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). 2. Direitos da criança e do adolescente: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) – direitos fundamentais, medidas de proteção, acolhimento institucional e Conselho Tutelar. 3. Direitos da pessoa idosa: Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) – direitos fundamentais, medidas de proteção e entidades de atendimento. 4. Saúde mental, álcool e outras drogas: direitos das pessoas com transtornos mentais (Lei nº 10.216/2001); Rede de Atenção Psicossocial (Portaria GM/MS nº 3.088/2011) – CAPS e serviços residenciais terapêuticos; reabilitação psicossocial; projeto terapêutico singular; redução de danos. 5. Trabalho social com grupos e comunidades: dinâmicas de grupo e metodologias participativas; oficinas socioeducativas; planejamento, monitoramento e avaliação de projetos sociais; trabalho em rede intersetorial. 6. Acompanhamento e cuidado do usuário: atividades de vida diária (AVD) e de vida social (AVS); autocuidado e organização do espaço de moradia; acompanhamento a serviços de saúde; fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; mediação de conflitos. 7. Ética e cidadania: direitos humanos e exercício da cidadania; respeito à diversidade; sigilo e postura profissional; trabalho em equipe multiprofissional.

Legislação de referência

1. Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
2. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
3. Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm
4. Lei nº 10.216/2001 (Proteção e Direitos das Pessoas com Transtornos Mentais): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm
5. Portaria GM/MS nº 3.088/2011 (Rede de Atenção Psicossocial – RAPS): https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
6. Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais): https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

5.11. ANALISTA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA

1. Administração pública: princípios da administração pública; administração direta e indireta; servidores públicos (arts. 37 a 41 da Constituição Federal). 2. Teoria geral da administração: funções administrativas; estruturas e modelos organizacionais; cultura e mudança organizacional; liderança, motivação e comunicação. 3. Planejamento e desempenho

organizacional: planejamento estratégico, tático e operacional; análise de cenários e matriz SWOT; indicadores de desempenho e gestão por resultados; gestão de processos, mapeamento e racionalização de rotinas; ciclo PDCA e gestão da qualidade. 4. Gestão de programas e projetos: ciclo de vida do projeto; escopo, prazos, custos e riscos; monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas. 5. Gestão de pessoas no setor público: concurso público, recrutamento e seleção; capacitação e desenvolvimento; avaliação de desempenho e estágio probatório; planos de cargos, carreiras e benefícios; regime jurídico dos servidores do Município de Itupeva (Lei Complementar Municipal nº 387/2015). 6. Orçamento e finanças públicas: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; receita e despesa pública (Lei nº 4.320/1964); responsabilidade fiscal, limites de despesa com pessoal e transparência (Lei Complementar nº 101/2000). 7. Gestão de materiais e patrimônio: compras públicas e planejamento da contratação (Lei nº 14.133/2021); gestão de estoques; controle patrimonial. 8. Comunicação técnica: elaboração de pareceres, relatórios e manuais de normas e procedimentos; redação oficial.

Legislação de referência

1. Constituição Federal (Constituição da República Federativa do Brasil), arts. 37 a 41: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
3. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
4. Lei nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
5. Lei Complementar Municipal nº 387/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itupeva): https://www.itupeva.sp.leg.br/documents/LC_387_15.pdf

5.12. ARQUITETO

1. Projeto arquitetônico: etapas de projeto (programa de necessidades, estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal e executivo); conforto ambiental; projeto de interiores; representação gráfica, CAD e BIM; acessibilidade, conforme normas técnicas da ABNT. 2. Tecnologia da construção: sistemas construtivos e materiais; noções de estruturas e instalações prediais; patologias e manutenção das edificações. 3. Urbanismo e planejamento urbano: instrumentos da política urbana (Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade); parcelamento do solo; habitação de interesse social; Plano Diretor Participativo do Município de Itupeva (Lei Complementar Municipal nº 527/2023). 4. Patrimônio histórico e cultural: conceitos e cartas patrimoniais; tombamento (Decreto-Lei nº 25/1937). 5. Orçamento e gestão de obras: especificações técnicas e memoriais descritivos; composição de custos e BDI; cronograma físico-financeiro; projeto básico, executivo e fiscalização de obras públicas (Lei nº 14.133/2021). 6. Análise e aprovação de projetos: Código de Obras e Edificações do Município de Itupeva (Lei Complementar Municipal nº 541/2023); elaboração de pareceres técnicos. 7. Exercício profissional: regulamentação da Arquitetura e Urbanismo e responsabilidade técnica (Lei nº 12.378/2010); ética profissional.

Legislação de referência

1. Lei nº 12.378/2010 (Exercício da Arquitetura e Urbanismo): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm
2. Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm
3. Decreto-Lei nº 25/1937 (Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm
4. Lei nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
5. Lei Complementar Municipal nº 527/2023 (Plano Diretor Participativo do Município de Itupeva): https://itupeva.sp.gov.br/prefeitura/plano-diretor
6. Lei Complementar Municipal nº 541/2023 (Código de Obras e Edificações do Município de Itupeva): https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/itupeva/lei-complementar/2023/55/541/lei-complementar-n-541-2023-institui-o-codigo-de-obras-e-edificacoes-do-municipio-de-itupeva

5.13. ENGENHEIRO AGRÔNOMO

1. Ciência do solo: formação e propriedades físicas, químicas e biológicas do solo; análise de solo, fertilidade, calagem e adubação; manejo e conservação do solo; controle de erosão. 2. Irrigação, drenagem e saneamento: relação solo-água-planta; métodos de irrigação; drenagem agrícola; noções de saneamento rural e de gestão de recursos hídricos. 3. Fitossanidade: pragas, doenças e plantas daninhas; manejo integrado de pragas; controle biológico, cultural e químico; agrotóxicos: receituário agronômico, uso seguro e destinação de embalagens (Lei nº 14.785/2023). 4. Produção vegetal: principais culturas e produtividade agrícola; produção de mudas; agricultura sustentável e agroecologia. 5. Arborização urbana e áreas verdes: planejamento da arborização e escolha de espécies; plantio, poda e manejo; avaliação de risco de queda de árvores; parques, bosques e recuperação de áreas degradadas. 6. Legislação e licenciamento ambiental: Política

Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); competência municipal no licenciamento ambiental (Lei Complementar nº 140/2011); áreas de preservação permanente, reserva legal e Cadastro Ambiental Rural (Lei nº 12.651/2012); planejamento urbano e ambiental e Plano Diretor Participativo do Município de Itupeva (Lei Complementar Municipal nº 527/2023). 7. Exercício profissional: regulamentação da profissão e Anotação de Responsabilidade Técnica (Lei nº 5.194/1966); ética profissional.

Legislação de referência

1. Lei nº 5.194/1966 (Exercício profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5194.htm
2. Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm
3. Lei Complementar nº 140/2011 (Cooperação entre os Entes Federados em Matéria Ambiental): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm
4. Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal – Proteção da Vegetação Nativa): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm
5. Lei nº 14.785/2023 (Agrotóxicos, Produtos de Controle Ambiental e Afins): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14785.htm
6. Lei Complementar Municipal nº 527/2023 (Plano Diretor Participativo do Município de Itupeva): https://itupeva.sp.gov.br/prefeitura/plano-diretor

5.14. ENGENHEIRO CIVIL

1. Estruturas: resistência dos materiais; análise estrutural; dimensionamento de estruturas de concreto armado, aço e madeira; fundações e contenções; mecânica dos solos, conforme normas técnicas da ABNT. 2. Construção civil: materiais de construção e controle tecnológico; técnicas construtivas; instalações prediais hidrossanitárias e elétricas; patologias, recuperação e manutenção das edificações. 3. Infraestrutura urbana e saneamento: abastecimento de água e esgotamento sanitário; drenagem urbana; pavimentação; projetos de infraestrutura de loteamentos e urbanização de assentamentos precários; parcelamento do solo urbano (Lei nº 6.766/1979). 4. Orçamento e planejamento de obras: especificações técnicas e memoriais descritivos; levantamento de quantitativos e composição de custos; SINAPI e BDI (Decreto nº 7.983/2013); cronograma físico-financeiro; controle de execução e relatórios de acompanhamento. 5. Contratação e fiscalização de obras públicas: projeto básico e executivo; licitação e fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia (Lei nº 14.133/2021); preparação de documentação técnica para captação de recursos. 6. Avaliações e perícias: vistorias e laudos técnicos; avaliação de imóveis para aquisição e desapropriação, conforme normas técnicas da ABNT. 7. Áreas de risco: avaliação de riscos de inundação, deslizamento e colapso de edificações; proteção e defesa civil (Lei nº 12.608/2012). 8. Legislação urbanística municipal: Plano Diretor Participativo do Município de Itupeva (Lei Complementar Municipal nº 527/2023); Código de Obras e Edificações do Município de Itupeva (Lei Complementar Municipal nº 541/2023); análise de projetos e emissão de pareceres. 9. Exercício profissional: regulamentação da profissão e Anotação de Responsabilidade Técnica (Lei nº 5.194/1966); ética profissional.

Legislação de referência

1. Lei nº 5.194/1966 (Exercício profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5194.htm
2. Lei nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm
3. Lei nº 12.608/2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm
4. Lei nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
5. Decreto nº 7.983/2013 (Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia com Recursos da União): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7983.htm
6. Lei Complementar Municipal nº 527/2023 (Plano Diretor Participativo do Município de Itupeva): https://itupeva.sp.gov.br/prefeitura/plano-diretor
7. Lei Complementar Municipal nº 541/2023 (Código de Obras e Edificações do Município de Itupeva): https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/itupeva/lei-complementar/2023/55/541/lei-complementar-n-541-2023-institui-o-codigo-de-obras-e-edificacoes-do-municipio-de-itupeva

5.15. ENGENHEIRO – SEGURANÇA DO TRABALHO

1. Gestão de segurança e saúde no trabalho: Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e Programa de Gerenciamento de Riscos (NR-01); SESMT (NR-04); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio – CIPA (NR-05); treinamentos e campanhas de prevenção de acidentes. 2. Análise de riscos e higiene ocupacional: técnicas de análise de riscos; inspeções de segurança; agentes físicos, químicos e biológicos; avaliação das exposições e limites de tolerância (NR-09 e NR-15);

insalubridade (NR-15) e periculosidade (NR-16). 3. Acidentes do trabalho: conceitos e Comunicação de Acidente de Trabalho (Lei nº 8.213/1991, arts. 19 a 23); investigação e análise de acidentes; estatísticas de acidentes. 4. Equipamentos de Proteção Individual (NR-06) e Coletiva; máquinas e equipamentos (NR-12); ergonomia (NR-17). 5. Proteção contra incêndios (NR-23): extintores, hidrantes e mangueiras; inspeção e manutenção dos sistemas. 6. Atividades de risco: eletricidade (NR-10); construção civil (NR-18); trabalho em altura (NR-35). 7. Saúde do trabalhador: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-07); vigilância em saúde do trabalhador no SUS (Lei nº 8.080/1990, art. 6º); doenças e agravos relacionados ao trabalho. 8. Exercício profissional: especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho (Lei nº 7.410/1985); Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (Lei nº 6.496/1977); ética profissional.

Legislação de referência

1. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei nº 5.452/1943, arts. 154 a 201: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm
2. Lei nº 6.496/1977 – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6496.htm
3. Lei nº 7.410/1985 – Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7410.htm
4. Lei nº 8.080/1990, art. 6º (Saúde do Trabalhador no SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
5. Lei nº 8.213/1991, arts. 19 a 23 (acidente do trabalho): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm
6. Normas Regulamentadoras (NR) vigentes – Ministério do Trabalho e Emprego: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes

5.16. ASSISTENTE SOCIAL

1. Fundamentos do Serviço Social: história do Serviço Social no Brasil; questão social e políticas sociais; projeto ético-político da profissão. 2. Exercício profissional e ética: regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/1993); Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993); sigilo profissional; supervisão de estágio. 3. Instrumentalidade do Serviço Social: entrevista, visita domiciliar, estudo social, relatório, laudo e parecer social; trabalho com indivíduos, famílias, grupos e comunidades; metodologias participativas. 4. Planejamento e gestão de políticas sociais: elaboração, execução, monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos sociais; intersetorialidade e trabalho em rede; controle social, conselhos e conferências. 5. Política de Assistência Social: Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); proteção social básica e especial; benefícios e programas de transferência de renda. 6. Serviço Social na saúde: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); atuação do assistente social na saúde física e mental; acolhimento, alta social e educação em saúde; saúde do trabalhador e reabilitação profissional. 7. Direitos de segmentos específicos: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003); Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). 8. Serviço Social na educação: fatores socioeconômicos que interferem na aprendizagem; articulação entre escola, família e comunidade. 9. Política habitacional: Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei nº 11.124/2005); trabalho social em programas habitacionais; regularização fundiária.

Legislação de referência

1. Lei nº 8.662/1993 (Regulamentação da Profissão de Assistente Social): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm
2. Resolução CFESS nº 273/1993 (Código de Ética do Assistente Social): https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf
3. Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
4. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
5. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
6. Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm
7. Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
8. Lei nº 11.124/2005 (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm

5.17. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA FILOSOFIA

1. História da Filosofia: filosofia antiga (pré-socráticos, Sócrates, Platão e Aristóteles); filosofia medieval; filosofia moderna (racionalismo, empirismo e Kant); filosofia contemporânea. 2. Teoria do conhecimento e lógica: o problema do conhecimento; verdade, razão e experiência; argumentação e lógica formal básica. 3. Ética e filosofia política: valores, liberdade e responsabilidade; principais teorias éticas; poder, Estado, democracia e cidadania; direitos humanos. 4. Estética

e filosofia da cultura: o belo e a arte; cultura, linguagem e sociedade. 5. Ensino de Filosofia: Filosofia para Crianças e o desenvolvimento do pensamento crítico; comunidade de investigação; metodologias e recursos didáticos para a educação infantil e o ensino fundamental; leitura e interpretação de textos filosóficos. 6. Prática pedagógica: planejamento e plano de trabalho docente; avaliação da aprendizagem; adaptação de recursos e métodos às necessidades dos alunos; educação inclusiva; Base Nacional Comum Curricular (competências gerais e temas transversais). 7. Legislação educacional: educação na Constituição Federal (arts. 205 a 214); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); direito à educação no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Legislação de referência

1. Constituição Federal (Constituição da República Federativa do Brasil), arts. 205 a 214: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
3. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
4. Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Educação Infantil e Ensino Fundamental): http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

5.18. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA MÚSICA

1. Teoria musical: propriedades do som; notação musical; escalas, intervalos e acordes; ritmo, compasso e andamento; noções de harmonia. 2. Percepção musical: treinamento rítmico, melódico e harmônico; solfejo e leitura musical; ditados. 3. Prática instrumental e vocal: técnica e prática da flauta doce; instrumentos de percussão e banda rítmica; canto coral e técnica vocal para crianças; prática de conjunto e regência de grupos infantis. 4. História da música e cultura musical: períodos da história da música ocidental; música brasileira erudita, popular e folclórica; diversidade musical e cultural. 5. Educação musical: métodos ativos de educação musical (Dalcroze, Orff, Kodály, Willems e Suzuki); a música na educação infantil e no ensino fundamental; jogos e brincadeiras musicais; organização de ensaios, apresentações e mostras. 6. Prática pedagógica: planejamento e plano de trabalho docente; avaliação da aprendizagem; adaptação de recursos e métodos às necessidades dos alunos; educação inclusiva; Base Nacional Comum Curricular (componente Arte – unidade temática Música). 7. Legislação educacional: educação na Constituição Federal (arts. 205 a 214); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em especial o ensino da música como conteúdo obrigatório do componente Arte (art. 26, § 6º); direito à educação no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Legislação de referência

1. Constituição Federal (Constituição da República Federativa do Brasil), arts. 205 a 214: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
3. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
4. Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Educação Infantil e Ensino Fundamental): http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

5.19. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA ARTE

1. História da arte: arte na Pré-História e na Antiguidade; arte medieval, renascentista e barroca; movimentos artísticos dos séculos XIX e XX; arte contemporânea. 2. Arte no Brasil: arte indígena e afro-brasileira; arte colonial e barroco brasileiro; modernismo e Semana de Arte Moderna de 1922; arte brasileira contemporânea; cultura popular e patrimônio cultural. 3. Linguagens artísticas: artes visuais (elementos da linguagem visual, cor, forma, composição, técnicas e materiais); dança; música; teatro; artes integradas e tecnologias digitais. 4. Ensino de Arte: concepções e tendências do ensino de Arte no Brasil; Abordagem Triangular (fazer, apreciar e contextualizar); processos de criação e leitura de imagens; a Arte no ensino fundamental segundo a Base Nacional Comum Curricular (unidades temáticas e dimensões do conhecimento). 5. Prática pedagógica: planejamento e plano de trabalho docente; avaliação da aprendizagem em Arte; adaptação de recursos e métodos às necessidades dos alunos; educação inclusiva. 6. Legislação educacional: educação na Constituição Federal (arts. 205 a 214); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em especial a obrigatoriedade do ensino de Arte e de suas linguagens (art. 26, §§ 2º e 6º) e o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena (art. 26-A); direito à educação no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Legislação de referência

1. Constituição Federal (Constituição da República Federativa do Brasil), arts. 205 a 214: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

2. Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
3. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
4. Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Educação Infantil e Ensino Fundamental): http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

5.20. DENTISTA

1. Diagnóstico e estomatologia: anamnese e exame clínico; semiologia da cavidade bucal; lesões e alterações de cabeça e pescoço; câncer bucal e lesões potencialmente malignas; exames complementares e radiologia odontológica. 2. Clínica odontológica: cariologia e dentística restauradora; periodontia; endodontia; cirurgia oral menor; prótese e reabilitação oral; odontopediatria; atendimento a pacientes com necessidades especiais. 3. Urgência e emergência: urgências odontológicas (dor, infecção, trauma dental e hemorragia); emergências médicas no consultório e suporte básico de vida; farmacologia e terapêutica medicamentosa em odontologia. 4. Biossegurança: controle de infecção no consultório odontológico; precauções padrão; limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentais; resíduos de serviços de saúde. 5. Saúde bucal coletiva: Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº 14.572/2023); promoção e prevenção em saúde bucal; uso de fluoretos; educação em saúde; epidemiologia em saúde bucal e levantamentos epidemiológicos; atuação na Estratégia Saúde da Família e nos Centros de Especialidades Odontológicas. 6. Sistema Único de Saúde e vigilância em saúde: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador; controle de agravos, surtos e endemias; inspeção sanitária de serviços de saúde (Lei Estadual nº 10.083/1998 – Código Sanitário do Estado de São Paulo). 7. Exercício profissional: regulamentação da Odontologia (Lei nº 5.081/1966); Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/2012); Supervisão da equipe auxiliar de saúde bucal.

Legislação de referência

1. Lei nº 5.081/1966 (Exercício da Odontologia): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5081.htm
2. Resolução CFO nº 118/2012 (Código de Ética Odontológica): https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2018/03/codigo_etica.pdf
3. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
4. Lei nº 14.572/2023 (Política Nacional de Saúde Bucal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm
5. Lei Estadual nº 10.083/1998 (Código Sanitário do Estado de São Paulo): https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10083-23.09.1998.html

5.21. DENTISTA (ENDODONTIA)

1. Diagnóstico em Endodontia: anatomia dental interna e morfologia dos canais radiculares; histologia e fisiologia do complexo dentino-pulpar e dos tecidos periapicais; semiologia, testes de sensibilidade pulpar e diagnóstico diferencial; radiologia e tomografia computadorizada de feixe cônico em Endodontia. 2. Patologia pulpar e periapical: classificação das alterações pulpares e periapicais; microbiologia endodôntica; lesões endoperiodontais; diagnóstico diferencial de dores orofaciais. 3. Tratamento endodôntico: proteção pulpar e pulpotomia; acesso coronário, odontometria e preparo químico-mecânico; instrumentação manual, rotatória e reciprocante; substâncias químicas auxiliares e medicação intracanal; obturação dos canais radiculares; retratamento endodôntico; Endodontia em dentes decíduos e com rizogênese incompleta. 4. Complicações, traumatismo e cirurgia: acidentes e complicações em Endodontia; traumatismo dentário; reabsorções radiculares; cirurgia parendodôntica; urgências endodônticas e controle da dor e da infecção. 5. Clínica e terapêutica: anestesia local em Endodontia; farmacologia e terapêutica medicamentosa; emergências médicas no consultório e suporte básico de vida; biossegurança, desinfecção e esterilização. 6. Saúde bucal coletiva e SUS: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº 14.572/2023); atenção especializada nos Centros de Especialidades Odontológicas e referência e contrarreferência; promoção, prevenção e epidemiologia em saúde bucal; vigilância em saúde e inspeção sanitária (Lei Estadual nº 10.083/1998 – Código Sanitário do Estado de São Paulo). 7. Exercício profissional: regulamentação da Odontologia (Lei nº 5.081/1966); Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/2012); supervisão da equipe auxiliar de saúde bucal.

Legislação de referência

1. Lei nº 5.081/1966 (Exercício da Odontologia): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5081.htm
2. Resolução CFO nº 118/2012 (Código de Ética Odontológica): https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2018/03/codigo_etica.pdf
3. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
4. Lei nº 14.572/2023 (Política Nacional de Saúde Bucal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm

5. Lei Estadual nº 10.083/1998 (Código Sanitário do Estado de São Paulo): https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10083-23.09.1998.html

5.22. DENTISTA (TRAUMATOLOGIA/CIRURGIA BUCOMAXILO FACIAL)

1. Bases da cirurgia bucomaxilofacial: anatomia cirúrgica de cabeça e pescoço; avaliação pré-operatória e risco cirúrgico; exames de imagem (radiografias e tomografia computadorizada); princípios de técnica cirúrgica, assepsia e antissepsia. 2. Cirurgia oral: exodontias simples e de dentes inclusos e impactados; cirurgias pré-protéticas; biópsias; tratamento de cistos e tumores odontogênicos e não odontogênicos; comunicação buco-sinusal; noções de implantodontia e enxertos ósseos. 3. Traumatologia bucomaxilofacial: atendimento inicial ao paciente politraumatizado; fraturas dentoalveolares, mandibulares, do terço médio da face e do complexo zigomático; métodos de redução e fixação; lesões de tecidos moles da face. 4. Infecções e patologias: infecções odontogênicas e de espaços faciais; osteomielite e osteonecrose dos maxilares; doenças das glândulas salivares; disfunções da articulação temporomandibular. 5. Clínica e terapêutica: anestesia local e noções de sedação e anestesia geral; farmacologia e terapêutica medicamentosa (analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos); pacientes sistemicamente comprometidos; complicações trans e pós-operatórias; emergências médicas e suporte básico de vida; biossegurança e esterilização. 6. Saúde bucal coletiva e SUS: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº 14.572/2023); atenção especializada e hospitalar, referência e contrarreferência; promoção, prevenção e epidemiologia em saúde bucal; vigilância em saúde e inspeção sanitária (Lei Estadual nº 10.083/1998 – Código Sanitário do Estado de São Paulo). 7. Exercício profissional: regulamentação da Odontologia (Lei nº 5.081/1966); Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/2012); supervisão da equipe auxiliar de saúde bucal.

Legislação de referência

1. Lei nº 5.081/1966 (Exercício da Odontologia): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5081.htm
2. Resolução CFO nº 118/2012 (Código de Ética Odontológica): https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2018/03/codigo_etica.pdf
3. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
4. Lei nº 14.572/2023 (Política Nacional de Saúde Bucal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm
5. Lei Estadual nº 10.083/1998 (Código Sanitário do Estado de São Paulo): https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10083-23.09.1998.html

5.23. DENTISTA (PERIODONTIA)

1. Fundamentos em Periodontia: anatomia, histologia e fisiologia do periodonto; etiologia e patogênese das doenças periodontais; biofilme dental e fatores de risco locais e sistêmicos. 2. Diagnóstico periodontal: exame clínico e periograma; exames de imagem; classificação das doenças e condições periodontais e peri-implantares. 3. Tratamento periodontal não cirúrgico: raspagem e alisamento radicular; controle do biofilme; terapia antimicrobiana local e sistêmica; terapia periodontal de suporte. 4. Cirurgia periodontal: cirurgias ressectivas e regenerativas; cirurgia plástica periodontal e recobrimento radicular; aumento de coroa clínica; enxertos; lesões de furca e lesões endoperiodontais. 5. Periodontia e condições sistêmicas: relação entre doença periodontal e diabetes, doenças cardiovasculares e gestação; mucosite e peri-implantite; atendimento a pacientes com necessidades especiais. 6. Clínica e terapêutica: anestesia local; farmacologia e terapêutica medicamentosa; emergências médicas no consultório e suporte básico de vida; biossegurança, desinfecção e esterilização; boas práticas de funcionamento dos serviços odontológicos (RDC Anvisa nº 1.002/2025). 7. Saúde bucal coletiva e SUS: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº 14.572/2023); atenção especializada nos Centros de Especialidades Odontológicas e referência e contrarreferência; promoção, prevenção e epidemiologia em saúde bucal; vigilância em saúde e inspeção sanitária (Lei Estadual nº 10.083/1998 – Código Sanitário do Estado de São Paulo). 8. Exercício profissional: regulamentação da Odontologia (Lei nº 5.081/1966); Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/2012 e alterações); supervisão da equipe auxiliar de saúde bucal.

Legislação de referência

1. Lei nº 5.081/1966 (Exercício da Odontologia): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5081.htm
2. Resolução CFO nº 118/2012 (Código de Ética Odontológica): https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2018/03/codigo_etica.pdf
3. Resolução CFO nº 271/2025 (Altera o Código de Ética Odontológica): https://sistemas.cfo.org.br/visualizar/atos/RESOLU%C3%87%C3%83O/SEC/2025/271
4. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
5. Lei nº 14.572/2023 (Política Nacional de Saúde Bucal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm

6. RDC Anvisa nº 1.002/2025 (Boas Práticas de Funcionamento dos serviços odontológicos): https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-da-diretoria-colegiada-anvisa-n-1.002-de-15-de-dezembro-de-2025-675527061
7. Lei Estadual nº 10.083/1998 (Código Sanitário do Estado de São Paulo): https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10083-23.09.1998.html

5.24. DENTISTA (ESTOMATOLOGIA)

1. Semiologia e diagnóstico: anamnese e exame clínico extra e intrabucal; exames complementares (biópsia, citologia esfoliativa, exames laboratoriais e de imagem); variações da normalidade. 2. Lesões fundamentais e alterações de desenvolvimento da região bucomaxilofacial. 3. Patologia bucal: infecções bacterianas, virais e fúngicas; lesões reativas e inflamatórias; doenças imunologicamente mediadas e vesicobolhosas; cistos e tumores odontogênicos e não odontogênicos; doenças das glândulas salivares e dos ossos gnáticos. 4. Câncer bucal: epidemiologia, fatores de risco, prevenção e diagnóstico precoce; lesões potencialmente malignas; estadiamento; atendimento odontológico do paciente oncológico e complicações da radioterapia e da quimioterapia. 5. Manifestações bucais de doenças sistêmicas; atendimento ao paciente com comprometimento sistêmico; osteonecrose dos maxilares associada a medicamentos; dores orofaciais e disfunções temporomandibulares. 6. Clínica e terapêutica: anestesia local; farmacologia e terapêutica medicamentosa; emergências médicas no consultório e suporte básico de vida; biossegurança, desinfecção e esterilização; boas práticas de funcionamento dos serviços odontológicos (RDC Anvisa nº 1.002/2025). 7. Saúde bucal coletiva e SUS: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº 14.572/2023); atenção especializada nos Centros de Especialidades Odontológicas e referência e contrarreferência; promoção, prevenção e epidemiologia em saúde bucal; vigilância em saúde e inspeção sanitária (Lei Estadual nº 10.083/1998 – Código Sanitário do Estado de São Paulo). 8. Exercício profissional: regulamentação da Odontologia (Lei nº 5.081/1966); Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/2012 e alterações); supervisão da equipe auxiliar de saúde bucal.

Legislação de referência

1. Lei nº 5.081/1966 (Exercício da Odontologia): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5081.htm
2. Resolução CFO nº 118/2012 (Código de Ética Odontológica): https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2018/03/codigo_etica.pdf
3. Resolução CFO nº 271/2025 (Altera o Código de Ética Odontológica): https://sistemas.cfo.org.br/visualizar/atos/RESOLU%C3%87%C3%83O/SEC/2025/271
4. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
5. Lei nº 14.572/2023 (Política Nacional de Saúde Bucal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm
6. RDC Anvisa nº 1.002/2025 (Boas Práticas de Funcionamento dos serviços odontológicos): https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-da-diretoria-colegiada-anvisa-n-1.002-de-15-de-dezembro-de-2025-675527061
7. Lei Estadual nº 10.083/1998 (Código Sanitário do Estado de São Paulo): https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10083-23.09.1998.html

5.25. FONOAUDIÓLOGO

1. Audição: anatomia e fisiologia do sistema auditivo; avaliação audiológica básica (audiometria tonal e vocal, imitanciometria); triagem auditiva neonatal e escolar (Lei nº 12.303/2010); perdas auditivas; seleção e adaptação de aparelhos de amplificação sonora individual; processamento auditivo central. 2. Linguagem oral e escrita: aquisição e desenvolvimento da linguagem; transtornos de linguagem na infância; transtornos de aprendizagem, dislexia e distúrbios de leitura e escrita; afasias e alterações de linguagem no adulto e no idoso; Transtorno do Espectro Autista e comunicação alternativa. 3. Fala e fluência: desenvolvimento fonológico; transtornos dos sons da fala; gagueira e outros distúrbios da fluência. 4. Voz: anatomia e fisiologia da produção vocal; avaliação vocal; disfonias funcionais, organofuncionais e orgânicas; saúde vocal e voz profissional. 5. Motricidade orofacial e disfagia: sistema estomatognático e funções de sucção, mastigação, deglutição, respiração e fala; alterações miofuncionais orofaciais; disfagia orofaríngea em neonatos, crianças, adultos e idosos. 6. Fonoaudiologia em saúde coletiva: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); atuação na atenção básica e na rede de cuidados à pessoa com deficiência; promoção, prevenção e educação em saúde; trabalho em equipe multiprofissional, projeto terapêutico singular e ações intersetoriais. 7. Exercício profissional: regulamentação da profissão (Lei nº 6.965/1981); Código de Ética da Fonoaudiologia (Resolução CFFa nº 640/2021); elaboração de pareceres, laudos e relatórios.

Legislação de referência

1. Lei nº 6.965/1981 (Regulamentação da Profissão de Fonoaudiólogo): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6965.htm
2. Resolução CFFa nº 640/2021 (Código de Ética da Fonoaudiologia): https://www.fonoaudiologia.org.br/Codigo_de_Etica/2021/12/codigo-de-etica-fonoaudiologia-2021.pdf
3. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
4. Lei nº 12.303/2010 (Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas – Teste da Orelhinha): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12303.htm

5.26. MÉDICO ORTOPEDISTA

1. Bases da ortopedia: anatomia e biomecânica do sistema musculoesquelético; semiologia ortopédica; exames de imagem (radiografia, ultrassonografia, tomografia computadorizada e ressonância magnética); consolidação óssea. 2. Traumatologia: atendimento inicial ao politraumatizado; fraturas e luxações dos membros superiores, membros inferiores, coluna e pelve; fraturas na criança; complicações das fraturas (síndrome compartimental, embolia gordurosa, pseudartrose e infecção); imobilizações e princípios de tratamento conservador e cirúrgico. 3. Ortopedia pediátrica: displasia do desenvolvimento do quadril; pé torto congênito; doença de Legg-Calvé-Perthes; epifisiólise; deformidades angulares e torcionais dos membros inferiores; escoliose. 4. Ortopedia do adulto e do idoso: lombalgia, cervicalgia e hérnia discal; doenças degenerativas articulares e osteoartrose; osteoporose e fraturas por fragilidade; tendinopatias, bursites e síndromes compressivas; lesões ligamentares e meniscais; afecções do ombro, cotovelo, punho, mão, quadril, joelho, tornozelo e pé. 5. Infecções, tumores e doenças sistêmicas: osteomielite e artrite séptica; tumores ósseos benignos e malignos; manifestações musculoesqueléticas das doenças reumatológicas e metabólicas. 6 Saúde pública e SUS: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); atenção especializada, referência e contrarreferência; apoio matricial à atenção básica; vigilância em saúde e notificação compulsória de doenças. 7. Exercício profissional: exercício da Medicina (Lei nº 12.842/2013); Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018); prontuário, prescrição e documentos médicos.

Legislação de referência

1. Lei nº 12.842/2013 (Exercício da Medicina): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf
3. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

5.27. MÉDICO PNEUMOLOGISTA

1. Bases da pneumologia: anatomia e fisiologia do sistema respiratório; semiologia respiratória; provas de função pulmonar e gasometria arterial; exames de imagem do tórax; broncoscopia e outros métodos diagnósticos. 2. Doenças obstrutivas: asma na criança e no adulto; doença pulmonar obstrutiva crônica; bronquiectasias; fibrose cística. 3. Infecções respiratórias: pneumonias adquiridas na comunidade e hospitalares; tuberculose pulmonar e extrapulmonar (diagnóstico, tratamento, tuberculose latente e controle de contatos); micobacterioses não tuberculosas; micoses pulmonares; infecções respiratórias virais. 4. Doenças intersticiais, ocupacionais e vasculares: doenças pulmonares intersticiais; pneumoconioses e doenças respiratórias ocupacionais; tromboembolismo pulmonar; hipertensão pulmonar. 5. Neoplasias, pleura e sono: câncer de pulmão e nódulo pulmonar; derrame pleural e pneumotórax; distúrbios respiratórios do sono e apneia obstrutiva do sono. 6. Insuficiência respiratória e terapêutica: insuficiência respiratória aguda e crônica; oxigenoterapia domiciliar e ventilação não invasiva; tabagismo e seu tratamento; reabilitação pulmonar; vacinação no paciente com doença respiratória. 7. Saúde pública e SUS: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); atenção especializada, referência e contrarreferência; apoio matricial à atenção básica; vigilância em saúde e notificação compulsória de doenças. 8. Exercício profissional: exercício da Medicina (Lei nº 12.842/2013); Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018); prontuário, prescrição e documentos médicos.

Legislação de referência

1. Lei nº 12.842/2013 (Exercício da Medicina): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf
3. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

5.28. MÉDICO PEDIATRA

1. Puericultura e atenção à saúde da criança: crescimento e desenvolvimento; avaliação nutricional e curvas de crescimento; aleitamento materno e alimentação complementar; calendário nacional de vacinação da criança e do adolescente; prevenção de acidentes na infância. 2. Neonatologia: atendimento ao recém-nascido; triagens neonatais; icterícia neonatal; infecções congênitas e perinatais; recém-nascido prematuro e de baixo peso. 3. Doenças infecciosas e respiratórias: infecções das vias aéreas superiores e inferiores; asma e sibilância na infância; doenças exantemáticas; diarreia aguda e desidratação; parasitoses intestinais; arboviroses; tuberculose e infecções sexualmente transmissíveis na criança e no

adolescente; meningites. 4. Clínica pediátrica: anemias; desnutrição, obesidade e distúrbios nutricionais; alergias alimentares; infecção do trato urinário; doenças cardiológicas, neurológicas e gastrointestinais mais comuns; febre sem sinais localizatórios. 5. Urgências pediátricas: suporte básico e avançado de vida em pediatria; crise convulsiva; anafilaxia; intoxicações exógenas; procedimentos de baixa complexidade. 6. Saúde do adolescente e proteção à criança: crescimento, puberdade e saúde do adolescente; saúde mental na infância e adolescência; transtornos do desenvolvimento e do neurodesenvolvimento; violência e maus-tratos contra crianças e adolescentes e o dever de notificação (Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente). 7. Saúde pública e SUS: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); atenção básica, atendimento domiciliar e apoio matricial; vigilância em saúde e notificação compulsória de doenças; ações intersetoriais de promoção da saúde da criança e da família. 8. Exercício profissional: exercício da Medicina (Lei nº 12.842/2013); Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018); prontuário, prescrição e documentos médicos.

Legislação de referência

1. Lei nº 12.842/2013 (Exercício da Medicina): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf
3. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
4. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

5.29. ANALISTA DE LICITAÇÕES

1. Fundamentos das contratações públicas: princípios da administração pública e das licitações (art. 37 da Constituição Federal); objetivos, princípios e agentes da contratação (Lei nº 14.133/2021); governança das contratações, gestão de riscos e compliance. 2. Fase preparatória: plano de contratações anual; Estudo Técnico Preliminar; Termo de Referência e projeto básico; pesquisa de preços e estimativa do valor da contratação; matriz de riscos; elaboração de editais. 3. Licitação: modalidades (pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo); critérios de julgamento; modos de disputa; apresentação de propostas e lances; habilitação; tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006, arts. 42 a 49); recursos, impugnações e pedidos de esclarecimento; adjudicação e homologação. 4. Contratação direta e procedimentos auxiliares: dispensa e inexigibilidade de licitação; credenciamento, pré-qualificação, procedimento de manifestação de interesse, sistema de registro de preços e registro cadastral. 5. Contratos administrativos: formalização, garantias e alocação de riscos; gestão e fiscalização de contratos; alterações contratuais; reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro; extinção; infrações e sanções administrativas. 6. Transparência e controle: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); controle interno e externo das contratações; responsabilização de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública (Lei nº 12.846/2013); crimes em licitações e contratos. 7. Regulamentação municipal: Decreto Municipal nº 3.601/2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no Município de Itupeva.

Legislação de referência

1. Constituição Federal (Constituição da República Federativa do Brasil), art. 37: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
3. Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), arts. 42 a 49: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm
4. Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm
6. Decreto Municipal nº 3.601/2023 (Regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no Município de Itupeva): https://leismunicipais.com.br/a/sp/i/itupeva/decreto/2023/361/3601/decreto-n-3601-2023-regulamenta-no-municipio-de-itupeva-a-lei-n-14133-de-1-de-abril-de-2021-que-estabelece-normas-gerais-de-licitacoes-e-contratos-administrativos

5.30. CIENTISTA SOCIAL

1. Teoria sociológica: autores clássicos (Durkheim, Weber e Marx); teorias sociológicas contemporâneas; conceitos de estrutura social, estratificação, desigualdade e mobilidade social; Estado, poder e cidadania. 2. Pensamento social brasileiro: formação social e desigualdades no Brasil; questão social, pobreza, exclusão e vulnerabilidade social; relações étnico-raciais, de gênero e geracionais. 3. Métodos e técnicas de pesquisa social: elaboração de projetos de pesquisa; métodos quantitativos e qualitativos; amostragem; construção de questionários, roteiros de entrevista e grupos focais; pesquisa de campo e observação; ética na pesquisa. 4. Análise de dados e indicadores sociais: estatística descritiva básica; construção e interpretação de indicadores sociais; fontes de dados oficiais (IBGE, Censo e CadÚnico); análise territorial e georreferenciamento; elaboração de diagnósticos, boletins, relatórios e pareceres técnicos. 5. Política de Assistência Social: Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993); Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Norma Operacional Básica (NOB/SUAS 2012); proteção social básica e especial; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). 6. Vigilância socioassistencial: conceitos de território, vulnerabilidade, risco pessoal e social e violação

de direitos; produção e sistematização de informações para o planejamento; monitoramento e avaliação de serviços, programas e benefícios; intersetorialidade e trabalho em rede. 7. Exercício profissional: ética profissional.

Legislação de referência

1. Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
2. Resolução CNAS nº 33/2012 (Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS): https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf
3. Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais): https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

5.31. ADVOGADO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

1 Política de Assistência Social: Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Proteção Social Especial de Média Complexidade; o CREAS e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) (Resolução CNAS nº 109/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais); trabalho em rede e no Sistema de Garantia de Direitos. 2. Direitos da criança e do adolescente: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) – direitos fundamentais, medidas de proteção e Conselho Tutelar; sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência (Lei nº 13.431/2017). 3. Direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência: Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003); Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) – capacidade civil, curatela e tomada de decisão apoiada. 4. Violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) – formas de violência, medidas protetivas de urgência e rede de atendimento. 5. População em situação de rua: Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009). 6. Direito de família e acesso à justiça: alimentos, guarda, convivência, adoção, tutela e curatela; interdição; direitos fundamentais e garantias constitucionais; Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário na proteção de direitos. 7. Prática profissional no CREAS: acolhimento, orientação jurídica e acompanhamento especializado; atuação em equipe interdisciplinar; estudos de caso, encaminhamentos e registros; sigilo e ética. 8. Exercício profissional: Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994); ética profissional.

Legislação de referência

1. Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
2. Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais): https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
3. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
4. Lei nº 13.431/2017 (Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm
5. Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm
6. Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
7. Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
8. Decreto nº 7.053/2009 (Política Nacional para a População em Situação de Rua): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm
9. Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm

5.32. CONTADOR

1. Contabilidade geral: princípios e estrutura conceitual; patrimônio e variações patrimoniais; escrituração contábil; demonstrações contábeis; análise e conciliação de contas. 2. Contabilidade aplicada ao setor público: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP); Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP); subsistemas de informação orçamentária, patrimonial e de controle; regime orçamentário e regime de competência. 3. Patrimônio público: reconhecimento, mensuração e avaliação de ativos e passivos; depreciação, amortização e exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável; controle patrimonial de bens móveis e imóveis. 4. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa e notas explicativas; balancetes; consolidação das contas. 5. Orçamento público: princípios orçamentários; Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (Constituição Federal, arts. 165 a 169); receita e despesa pública, classificações e estágios; créditos adicionais; restos a pagar e despesas de exercícios anteriores; dívida ativa (Lei nº 4.320/1964). 6. Responsabilidade fiscal: limites de despesa com pessoal e de endividamento; Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal; transparência e prestação de contas (Lei Complementar nº 101/2000). 7. Controle e fiscalização: controle interno e externo; fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e prestação de contas

pelo Sistema AUDESP; elaboração de relatórios e pareceres técnicos. 8. Exercício profissional: regulamentação da profissão contábil (Decreto-Lei nº 9.295/1946); ética profissional do contador.

Legislação de referência

1. Constituição Federal (Constituição da República Federativa do Brasil), arts. 163 a 169: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
3. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
4. Decreto-Lei nº 9.295/1946 (Profissão Contábil e Conselho Federal de Contabilidade): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm
5. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP (Conselho Federal de Contabilidade): https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/
6. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (Secretaria do Tesouro Nacional): https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp

5.33. EDUCADOR SOCIAL

1. Política de Assistência Social: Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); proteção social básica e especial; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e demais serviços da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). 2. Direitos da criança e do adolescente: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) – direitos fundamentais, situações de risco pessoal e social, medidas de proteção e Conselho Tutelar; rede de proteção e Sistema de Garantia de Direitos. 3. Direitos da pessoa idosa: Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) – direitos fundamentais e medidas de proteção. 4. Trabalho social com famílias e comunidades: diagnóstico de situações de vulnerabilidade e risco; fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; dinâmicas de grupo e metodologias participativas; oficinas e atividades socioeducativas; educação para a cidadania. 5. Planejamento e gestão de projetos sociais: elaboração, monitoramento e avaliação de projetos, programas e serviços; ações intersetoriais e trabalho em rede; projetos de geração de trabalho e renda e economia solidária. 6. Atuação profissional: trabalho em equipe multiprofissional; orientação e acompanhamento de monitores sociais; elaboração de relatórios e registros; ética e sigilo.

Legislação de referência

1. Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm
Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais): https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
3. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
4. Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

5.34. TESOUREIRO

1. Receita pública: conceito e classificação; estágios da receita (previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento); princípio da unidade de tesouraria (Lei nº 4.320/1964, arts. 35 e 51 a 57); depósito das disponibilidades de caixa em instituições financeiras oficiais (Constituição Federal de 1988, art. 164, § 3º). 2. Despesa pública: estágios da despesa (empenho, liquidação e pagamento – Lei nº 4.320/1964, arts. 58 a 70); restos a pagar; ordem cronológica de pagamentos (Lei nº 14.133/2021, art. 141); noções de retenções tributárias nos pagamentos. 3. Fontes de recursos e vinculações: controle das disponibilidades por fonte de recursos (Lei Complementar nº 101/2000, art. 8º, parágrafo único, e art. 50, I); acompanhamento da execução orçamentária e financeira (arrecadado x empenhado); restrição de fim de mandato (Lei Complementar nº 101/2000, art. 42). 4. Programação financeira e fluxo de caixa: cronograma mensal de desembolso e limitação de empenho (Lei Complementar nº 101/2000, arts. 8º e 9º); elaboração, projeção e acompanhamento do fluxo de caixa; planejamento da tesouraria. 5. Rotinas e controles da tesouraria: conciliação bancária; boletim diário de caixa; demonstrativos de saldos financeiros; noções de contabilidade aplicada ao setor público (disponibilidades e balanço financeiro). 6. Contribuição para o PASEP dos entes públicos (Lei nº 9.715/1998): base de cálculo, apuração e recolhimento.

Legislação de referência

1. Constituição Federal de 1988, art. 164, § 3º (disponibilidades de caixa): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 4.320/1964 – Normas Gerais de Direito Financeiro: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm
3. Lei nº 9.715/1998 – Contribuições para o PIS/PASEP: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9715.htm
4. Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

5. Lei nº 14.133/2021, art. 141 (ordem cronológica de pagamentos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm